



TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I - DO EDITAL

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a contratação de empresa para prestar serviços de monitoramento de matérias de interesse direto e indireto do TRE/MS (clipagem de mídia televisiva (TV), online (sites de notícias), radiofônica e impressa (jornais)), doravante denominados apenas serviços, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, com envio de relatório mensal contendo valoração e avaliação das clipagens.

2. A contratação dos serviços será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, conforme condições do Edital, deste Termo de Referência e da minuta do Termo Contratual.

3. É condição para a assinatura do contrato, isto é, para a formalização da contratação, a comprovação de que a empresa possua sede, filial ou escritório no município de Campo Grande/MS.

3.1. A comprovação de atendimento às exigências da cláusula 3 será feita por ocasião da assinatura do Contrato e consistirá na apresentação de contrato social, alvará de funcionamento ou outro documento que indique estar a empresa (ou sua filial/escritório), instalada em Campo Grande, facultado ao TRE/MS a realização de visita ao local indicado para verificação das instalações da empresa.

4. A exigência constante na cláusula 3, justifica-se pelo fato das emissoras locais de televisão não possuírem transmissão via cabo ou satélite, impossibilitando que sejam recepcionadas por empresas de outras localidades.

CAPÍTULO II - DO SERVIÇO, ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADE E PREÇO MÁXIMO MENSAL E ANUAL

1. A descrição dos serviços a serem contratados, prazo do contrato e valor máximo mensal e anual admitidos pelo TRE/MS, estão indicados abaixo.

| ITEM 01 | | | |
|--|--|---------------------------|-----------------------------------|
| Contratação de empresa para prestação de serviços de pesquisa, triagem de notícias, artigos, citações, reportagens, matérias jornalísticas e entrevistas, ao vivo ou gravadas, na mídia eletrônica televisiva (TV), mídia online (sites de notícias) e mídia impressa (jornais), concedidas por autoridades, juízes ou servidores da Justiça Eleitoral, de interesse direto e indireto do Tribunal Regional Eleitoral de MS. | | | |
| Unidade | Quantidade (Período da contratação) | Preço Máximo Mensal | Preço Máximo Total Anual |
| SERVIÇO MENSAL | 12 meses | R\$ 1.858,34 | R\$ 22.300,08 |
| Intervalo mínimo entre lances sobre o valor total anual | | | R\$ 10,00 |

1.1. Em caso de divergência entre a descrição dos serviços indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. A empresa deve fazer, diariamente, o rastreamento de material indicado no Item 01, procedendo o monitoramento digital das matérias de interesse desta instituição veiculadas nas mídias televisiva (TV), online (sites de notícias) e impressa (jornais).

2.1. O serviço de **CLIPPING DE MÍDIA TELEVISIVA** deve alcançar, **ORDINARIAMENTE**, toda e qualquer matéria que faça referência a esta Instituição, mediante acompanhamento por período ininterrupto de 24h, seleção e entrega de matérias veiculadas nas seguintes emissoras:

- TV MORENA (GLOBO);
- TV SBT/MS (SBT);
- TV MS (RECORD);
- TVi (BAND); e
- TVE (CULTURA MS).

2.1.1. O serviço de **CLIPPING DE MÍDIA TELEVISIVA** (TV) deverá alcançar, **EXTRAORDINARIAMENTE**, qualquer outra programação, inclusive aquelas que são transmitidas em horários menos convencionais, devendo a Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial deste TRE/MS - ASCOM, neste caso, comunicar à empresa contratada, com antecedência de pelo menos 24 horas, o nome do programa a ser clipado e da emissora de TV, bem como seu horário de exibição e serão de, no máximo, 2 (duas) ao mês.

2.2. O serviço de **CLIPPING DE MÍDIA ONLINE** (sites de notícias) deverá alcançar a

coleta de notícias, entrevistas, reportagens e artigos extraídos da mídia *web*, constante da seguinte relação mínima de sites a serem monitorados:

www.capital.ms.gov.br/cgnoticias; www.acritica.net; www.agorams.com.br; www.campograndenews.com.br; www.campograndenoticias.com.br; www.correiodoestado.com.br; www.corumbaonline.com.br/novo/home; www.diariocg.com.br; www.diariodigital.com.br; www.folhadoms.com.br; www.g1.com.br/tvmorena; www.jornaldedomingo.com.br; www.midiamax.com.br; www.msacui.com.br; www.msrecord.com.br; www.msnoticias.com.br; www.topmidianews.com.br; www.anastacionoticias.com.br; www.aquidauanews.com.br; www.bonitonews.com.br; www.capitaldopantanal.com.br; www.capitalnews.com.br; www.cassilandia.news.com.br; www.cidadebranca.com.br; www.costaricanews.com.br; www.coximagora.com.br; www.diarionline.com.br; www.edicaoms.com.br; www.oestadoonline.com.br; www.falams.com.br; www.fatimanews.com.br; www.maracaju.news.com.br; www.midiams.com.br; www.msreporter.com.br; www.navirainoticias.com.br; www.noticias.ucdb.br; www.noticiasdigitais.com.br; www.pontanews.com.br; www.portalbonito.com.br; www.portaldoms.com.br; www.radiowebms.com.br; www.reporterms.com.br; www.sgonews.com.br; www.sidrolandianews.net; www.oprogreso.com.br; www.ojornalms.com.br; www.perfilnews.com.br; www.hojems.com.br; www.douradosagora.com.br; www.douradosnews.com.br; www.douradosinforma.com.br; www.diarioms.com.br; www.folhadedourados.com.br; www.bonitoinforma.com.br; www.portaldoconesul.com.br; www.noticias.ms.gov.br; www.atribunews.com.br; www.jpnews.com.br; www.perfilnews.com.br; www.novanews.com.br; www.cassilandianoticias.com.br; www.newsderiv.com.br; www.opantaneiro.com.br; www.jornaldanova.com.br; www.blink102.com.br/news; www.servidorpublicoms.com.br; www.oliberdade.com.br; www.tererenewsms@gmail.com; www.jornaloonibusms.com.br; www.sidrolandianews.com.br; www.reporterms.com.br; www.tererenews.com.br; www.jpnews.com.br; www.jornaldanova.com.br; www.agazetanews.com.br; www.opantaneiro.com.br; www.caaraponeis.com.br; www.ocorreionews.com.br; www.jovemsulnews.com.br; www.correiodecorumba.com.br.

2.2.1. A relação de sites acima não impede a inclusão de novos portais de expressão e/ou de interesse da contratante que porventura venham a ser criados durante a vigência da contratação.

2.3. O serviço de **CLIPPING DE MÍDIA IMPRESSA** (jornais) deverá alcançar o acompanhamento diário, seleção das matérias de interesse desta instituição, veiculadas nos jornais de circulação regional e nacional a seguir: **CORREIO DO ESTADO, O ESTADO DE MS, FOLHA DE SÃO PAULO, O ESTADO DE SÃO PAULO e O GLOBO.**

2.4. O serviço de **CLIPPING DE MÍDIA RADIOFÔNICA** acompanhamento por período ininterrupto de 24h, seleção e gravação de matérias veiculadas nas rádios CBN, Blink, Capital, Cidade, Atalaia, Imaculada, H'ora e demais rádios, se solicitado com 12h de antecedência.

3. O prazo de execução do contrato será de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, pelo período de até o limite de 60 (sessenta) meses.

3.1. A prorrogação dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade, para a Administração, das condições e dos preços contratados.

4 . CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010.

4.1. No âmbito do TRE/MS, serão adotadas, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição, conforme disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

CAPÍTULO III – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

1. Para o **CLIPPING DE MÍDIA TELEVISIVA e RADIOFÔNICA**, a empresa fornecedora deverá entregar o material clipado exclusivamente via sistema online com possibilidade de download dos arquivos por 24 meses da inclusão.

1.1. Os vídeos deverão ser entregues via sistema online, editado e indexado, em resolução mínima de 1280x720 (somente para vídeo), com excelente qualidade de mídia gravada para que não haja prejuízo na leitura do material e nem na veiculação do vídeo ou áudio.

1.2. A empresa deverá disponibilizar o material clipado no sistema sempre no primeiro dia útil seguinte ao dia da veiculação das matérias e entrevistas referentes à Justiça Eleitoral de todo o Estado de MS.

2. Para o **CLIPPING DE MÍDIA ONLINE**, a empresa fornecedora deverá enviar o arquivo eletrônico contendo o clipping das notícias publicadas nos portais jornalísticos à ASCOM, pelo e-mail imprensa@tre-ms.jus.br, de segunda a domingo, **até as 10h** do dia seguinte ao dia da veiculação das matérias.

2.1. Na vigência do contrato novos endereços de e-mail poderão ser incluídos e/ou alterados.

2.2. As matérias de interesse do TRE-MS deverão ser digitalizadas e de modo a permitir o acesso ágil e fácil às referidas matérias, no clipping devem constar os links para as páginas originais de onde foram extraídas.

3. O **Relatório Mensal** deverá ser enviado até o quinto dia útil de cada mês contendo a quantidade das matérias veiculadas no mês imediatamente anterior, com valoração da veiculação em reais e avaliação da notícia como positiva, neutra ou negativa.

4. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

5. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

6. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

7. O recebimento provisório e definitivo dos materiais clipados ficará a cargo da Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial, conforme a verificação da quantidade e qualidade de material entregue.

7.1. O atestado de recebimento previsto na cláusula 7 acima, não configura o recebimento definitivo do material.

8. Atendida a condição indicada na cláusula acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado em termo próprio.

9. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas a compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;

10. O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato que consistirá na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, será de responsabilidade de servidor (a) lotado na ASCOM, o(a) qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta execução dos serviços para fins de pagamento.

10.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 3 a 5 deste Capítulo.

11. Verificada alguma falha na prestação do serviço, será feito o registro formal e informado à empresa contratada, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

12. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material clipado cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

CAPÍTULO IV – DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do serviço, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e do valor mensal contratado.

2. Para fins de atendimento da **IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012)**, a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES.

CAPÍTULO V – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado mensalmente, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.

2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o recebimento definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.

3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = $0,00016438$, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \quad I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO VI – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As sanções administrativas relativas ao objeto desta contratação serão disciplinadas no Termo de Contrato.

CAPÍTULO VI – DA FISCALIZAÇÃO

1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal.

1.1. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

2. Caberá à fiscalização:

a) requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;

b) acompanhar os relatórios mensais;

c) analisar e aprovar os arquivos entregues;

d) verificar eventuais falhas, erros ou não cumprimento de exigências estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência, solicitando a imediata correção por parte da contratada;

e) exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada.

f) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento da prestação dos serviços/fornecimento e/ou aplicação de penalidades previstas;

g) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

h) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

CAPÍTULO VII - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requisitar a prestação dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência.
2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.
5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

CAPÍTULO VIII - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

1. Realizar a prestação dos serviços decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste Termo de Referência e na Minuta do Termo de Contrato.
2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
4. O fornecedor fica, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.
5. Receber os valores que lhe forem devidos pela prestação dos serviços, na forma disposta neste Termo de Referência.
6. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).
7. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades à pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS.
8. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
 - 8.1. O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso).
9. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.
10. Efetuar a liquidação antecipada de despesas de natureza continuada no mês de dezembro e que tenham vencimento no mês de janeiro do exercício posterior, a fim de evitar a inscrição de despesas em restos a pagar, conforme recomendação da AJDG no Parecer 1263 (0947977) e Decisão (0948049)".

TRE/MS



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JULIA DE ARRUDA MESTIERI, Analista Judiciário**, em 19/01/2022, às 13:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HELOISA SILVA SERAPHIM, Técnico Judiciário**, em 19/01/2022, às 14:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1142498** e o código CRC **05E0AEB1**.